

**ATA**

Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

A vereadora Francisca Maria da Costa Abreu chegou mais tarde, estando a sua entrada devidamente assinalada. -----

Não compareceu a Vereadora Alexandra Parada Barbosa Gesta, cuja falta foi considerada justificada. -----

1 - Vereador Domingos Bragança – Leu, em voz alta, um documento, em nome de todos os Vereadores do Partido Socialista, solicitando que o seu teor ficasse transcrito em ata: “A instituição do poder local democrático, uma das mais significativas conquistas de Abril, dotou as populações de um instrumento que lhes permite escolher periodicamente os gestores do seu território, os mais altos responsáveis pela condução, ao nível local, dos superiores interesses colectivos. Ao longo de cerca de 24 anos, equivalente a seis mandatos, os Vimaranenses, democrática e livremente, votaram no Partido Socialista, sempre liderado pelo Presidente António Magalhães. Com os anos de experiência e a maturidade adquirida, o sucessivo alargamento das competências e responsabilidades do poder local, - que, lamentavelmente hoje são truncadas e atropeladas por uma voracidade centralista - os sucessivos programas de incentivo, de apoio e financiamento,

numa gestão de proximidade e de envolvimento dos cidadãos, Guimarães, sob a liderança forte e visionária de António Magalhães, mudou de forma significativa, sendo por todos aplaudida e reconhecida. De um concelho onde faltavam serviços básicos, desde a água ao saneamento básico, das ruas e estradas, da iluminação pública às escolas de qualidade e de uma cidade cinzenta, degradada, depositária passiva duma memória perdida nos tempos, sob a liderança de António Magalhães, Guimarães remoçou-se, sempre valorizando o legado ancestral e único, cresceu e ampliou-se. Novos equipamentos de cultura, de desporto, de educação e ensino, fornecimento de água e rede de saneamento, novos parques de lazer e fruição, requalificação de bairros, ligação forte à Universidade do Minho, criação de uma agenda cultural forte, reconhecida nacional e internacionalmente, integração em redes nacionais e internacionais, a abertura ao mundo e à contemporaneidade, são o resultado da força da visão de António Magalhães e da sua indomável capacidade de realização. António Magalhães encarnou, como só raramente acontece, o espírito do poder local democrático: uma permanente atenção às aspirações e angústias dos cidadãos, uma capacidade ímpar de mobilizar vontades e talentos, de ter e reconhecer as boas ideias, uma ação determinada e centrada no que é fundamental, sem contudo descurar o detalhe que faz a diferença, uma conduta recta e transparente, uma visão estratégica partilhada e ambiciosa para o futuro, uma liderança galvanizadora e firme, uma entrega pessoal total e incondicional. Durante os seis mandatos em que presidiu, pudemos assistir e a fazer parte desta mudança de Guimarães. Com António Magalhães partilhámos o objectivo, o empenho, o trabalho e a imensa alegria e orgulho de ver o Centro Histórico de Guimarães elevado a Património Cultural



da Humanidade. Guimarães recebeu prémios nacionais e internacionais e tornou-se num exemplo de como uma cidade histórica se moderniza, sem nunca abandonar ou perder esse legado histórico, das pedras do castelo, do casario, do Bordado de Guimarães, da Cantarinha dos Namorados, das festas e romarias, da Sta. Luzia, das Nicolinas, da Romaria Grande de S. Torcato, da Festa das Cruzes. Ao mesmo tempo, investiu na Educação, criaram-se novas escolas e centros escolares, investiu na Cultura e criou-se uma agenda cultural forte e contemporânea. E em 2012, Guimarães foi Capital Europeia da Cultura, com o êxito reconhecido por todos, nacional e internacionalmente. Melhoraram-se estradas e, ao mesmo tempo, criou uma rede de equipamentos desportivos, em todo o concelho. E, em 2013, Guimarães é a primeira cidade portuguesa a acolher a iniciativa de Cidade Europeia do Desporto. Com os anos, enquanto Presidente, António Magalhães acabou por se tornar alguém que nenhuma campanha ou estratégia podem fabricar: um líder natural, carismático, por todos reconhecido enquanto tal, não apenas pelos seus feitos, mas acima de tudo pela sua conduta, pelo seu comprometimento, pelo seu zelo e responsabilidade, pelo profundo amor que dedica ao seu concelho, pela sua visão e, sobretudo, pela sua capacidade de ação e realização. Um líder que está presente nas alegrias e nas angústias. Um líder que percorre o seu território e cumprimenta todos, pelo nome. Um líder próximo, que ri nos momentos de alegria e chora nos momentos de tristeza. Um líder, com uma feição humana, que é respeitado e respeita. Com os anos, e são 24, testemunhámos injustiças, adivinhámos momentos de desilusão, de cansaço, sentimos o agastamento momentâneo, apenas pressentimos os sacrifícios pessoais e familiares que uma tal entrega necessariamente impõem a si e aos

seus. Mas nunca vimos ou antecipámos um sinal, subtil que fosse, de esmorecimento ou de desistência. Donde virá esta força, este entusiasmo, esta determinação, esta vontade inquebrantável que é a massa de que são feitos os grandes líderes? Apenas e só do seu carácter, síntese perfeita das suas capacidades inatas e de tudo quanto em si incorporou ao longo do seu percurso. Um percurso ao longo do qual cumpriu o mais alto desígnio que se propôs: mudar para melhor a vida de todos e cada um dos seus concidadãos. Para nós foi um privilégio e uma honra termos trabalhado sob a liderança de António Magalhães. E, nesta que é a última reunião de Câmara a que, por força da lei, preside, queremos prestar a nossa homenagem, o nosso reconhecimento e expressar o nosso agradecimento por quem é, pelo que fez e como fez. Comungar a sua visão e partilhar a construção da sua obra em Guimarães enche-nos de orgulho, mas também de gratidão. Obrigado, António Magalhães.” -----

2 - Vereador José Manuel Antunes – Disse que iria, pela última vez, abordar o assunto relacionado com os contratos swap celebrados pela administração da VIMÁGUA, referindo que, por força dos valores da taxa Euribor a seis meses, conhecidos no passado dia 12 de setembro, fixada em 0,341, a VIMÁGUA tem que pagar aos bancos 3,88% por força dos contratos swap's. Continuou, referindo que, a 15 de março de 2014, em função destes contratos, a VIMÁGUA terá que pagar 283.120,00€, dinheiro que não amortiza um cêntimo à dívida de capital e juros do financiamento dos 24 milhões. -----

3 - Vereador José Torcato Ribeiro – Disse subscrever uma parte do texto lido pelo Vereador Domingos Bragança, considerando ter sido feito um bom trabalho do ponto de vista da cidadania, dizendo, a propósito, que não concordava com a lei de



limitação de mandatos. Desejou a todos os Vereadores felicidades do ponto de vista pessoal, em especial aos membros que abandonavam agora o Executivo Municipal. -----

Pelas 10:20 horas deu entrada a Vereadora Francisca Abreu. -----

4 - Vereador André Coelho Lima - a) - Recordou uma intervenção do PSD sobre o encerramento do processo dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, tendo ao tempo sido dito que até final deste mandato seria entregue ao executivo camarário um relatório sobre este processo; **b)** - Fez um agradecimento, em primeiro lugar, aos colegas de vereação do PSD que, disse, foram sempre amigos, companheiros, leais e que considera terem feito um excelente trabalho. Deixou, também, uma palavra de apreço aos Vereadores da CDU, António Salgado Almeida e José Torcato Ribeiro, bem como aos Vereadores do PS, referindo que, regra geral, as reuniões do executivo decorreram de uma forma saudável. Por último, deixou uma palavra ao Dr. António Magalhães, que foi o líder da Câmara Municipal durante os últimos 24 anos, referindo que só o facto de se candidatar a Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães para o próximo mandato, é que não faz de si um político suprapartidário. Recordou o seu mandato extenso e marcante, agradecendo a dedicação e disponibilidade destes 24 anos para a vida pública, em prejuízo da sua vida pessoal. -----

5 - Vereador José Augusto Araújo - Leu, em voz alta, um documento, solicitando que o seu teor ficasse transcrito em ata: "Na conclusão do presente mandato, quero deixar registado um agradecimento público a todos os que me auxiliaram no desempenho das funções que agora terminam. Aos colaboradores dos Serviços de Recursos Humanos do Município e, em especial, às

dirigentes que comigo mais diretamente trabalharam, a Dr.^a Irene Malheiro, a Dr.^a Patrícia Fonseca e a Dr.^a Inês Ribeiro, deixo público louvor da dedicação, do profissionalismo e da competência técnica sempre colocada ao serviço do interesse público. Ao Dr. Bruno Carvalho agradeço a estado permanente de prontidão, a generosa dedicação e a partilha constante de um conhecimento que alia a competência técnica à experiência de gestão política que acumulou e lealmente colocou à minha disposição. A todos os colegas de vereação agradeço a colaboração e as críticas, ao longo deste percurso comum. Aos eleitos do Partido Socialista, que me coube modestamente auxiliar no exercício das funções executivas que tiveram sob a sua responsabilidade, agradeço os ensinamentos que me proporcionaram e o privilégio que tive de fazer parte de uma equipa de trabalho cujos méritos, e público reconhecimento, assentam na qualidade e nos resultados do serviço público de desenvolvimento económico, social e humano deste território. Com particular e sentido ênfase, quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Magalhães, a oportunidade única e a honra de integrar esta brilhante equipa e de trabalhar sob a sua liderança, privando mais de perto com o exemplo de total dedicação à causa pública e ao bem comum, de integridade, de rigor e de conhecimento que para todos nós representa. Agradeço ainda o exemplo permanente e incansável de trabalho e de completa entrega pessoal a ideias que partilhamos. Ao confiar-me o Pelouro dos Recursos Humanos, mesmo que exercido em regime de não permanência, o Senhor Presidente concedeu-me uma oportunidade única de aprendizagem e permitiu-me, ainda assim, efetivar um modesto contributo para o histórico mandato que agora finda. As minhas ligações a Guimarães não são de filiação natural que, a existirem,



só teriam dependido da vontade de terceiros. As minhas ligações a Guimarães são de opção pessoal e resultam da dedicação a um exercício profissional no serviço público de educação em prol do desenvolvimento social e humano do território. Na senda desse percurso, que de forma alguma se pode esgotar na dimensão laboral, a participação política surge como componente natural da participação cívica que resulta das normais obrigações de cidadania. E é neste território e ao serviço das suas nobres gentes que o quero fazer e acredito que, sendo português e fazendo-o, sou também vimaranense”. -----

6 - Vereador César Machado – Desejou a todos os colegas de vereação os maiores sucessos pessoais e profissionais. Disse querer deixar um agradecimento à vereação, bem como a todos os trabalhadores do departamento que lhe foi confiado, referindo ter sido uma honra servir o Município. -----

7 - Vereadora Francisca Abreu – a) - Disse subscrever o texto lido pelo Vereador Domingos Bragança em nome dos Vereadores do Partido Socialista. Agradeceu, reconhecidamente, ao Presidente da Câmara Municipal a oportunidade que lhe deu para um crescimento e aprendizagem pessoal e profissional nestes anos, bem como a confiança e a lealdade partilhada, reforçando a ideia de ter sido um orgulho e um prazer pertencer a uma equipa que o Presidente da Câmara soube manter coesa e que, nos últimos 24 anos, transformou Guimarães. Disse, também, querer deixar uma palavra aos seus colaboradores sem os quais o trabalho desenvolvido não teria sido possível; **b)** – Manifestou regozijo e apreço pela decisão tomada pelo Ministério da Educação de manter abertas as escolas de Rendufe e Souto S. Salvador. -----

8 - Vereadora Luísa Oliveira – Desejou as maiores felicidades a todos os colegas de vereação referindo ter sido um prazer

trabalhar com todos e servir a população. Disse que as divergências nunca puseram em causa as relações pessoais deixando um agradecimento especial ao Presidente da Câmara por, há muitos anos atrás, a ter incentivado a participar na vida política de Guimarães. -----

9 – Presidente da Câmara – a) - Agradeceu as palavras de todos quantos intervieram hoje, que o fizeram sentir-se orgulhoso e honrado. Disse que o trabalho foi quase sempre muito exigente considerando que, de um modo geral, foram capazes de levar à prática um projeto difícil e complexo, considerando que a grande dificuldade do momento é manter a qualidade do trabalho já conseguida; **b)** - Sobre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em Liquidação disse que o relatório será oportunamente remetido à Câmara Municipal; **c)** – Quanto aos contratos “swap” celebrados pela VIMÁGUA com duas entidades financeiras disse que eram considerados normais, distanciando-os dos contratos tóxicos de empresas do Estado; **d)** - Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, disse que mesmo que a lei o permitisse, não seria candidato a Presidente da Câmara Municipal no próximo mandato; **e)** – Por último, disse que, através das chefias, vai deixar um agradecimento profundo aos funcionários da Autarquia pelo trabalho meritório que fizeram por Guimarães. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA 1.ª MEIA MARATONA CIDADE DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação dos Serviços de



Desporto: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para a organização da 1ª meia maratona Cidade de Guimarães; **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requerer conhecimentos e formação especializados e experiência em organização de eventos desportivos, com especial interesse nas provas de atletismo de longa duração. Não pode, assim, a autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma entidade exterior. Trata-se da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços para a organização da 1.ª meia maratona Cidade de Guimarães, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a organização da 1.ª meia maratona Cidade de Guimarães. b) A despesa estima-se em € 15.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02.02.20, correspondente ao ano de 2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto à empresa **Paulo Costa – Animação Turística Unipessoal, Lda.**, com sede na Rua José Teixeira de Mello e Castro, 34, Vila Real, nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos. Esta entidade tem uma vasta experiência e conhecimentos na organização de maratonas de atletismo, realizando muitos dos eventos no estrangeiro, bem como em território Nacional, pelo que se entende estarem garantidos todos os pressupostos como organizador deste tipo de

eventos desportivos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 27.º da LOE 2013, por remissão do art.º 75.º do mesmo diploma legal, uma vez que não foi celebrado com esta entidade qualquer outro contrato, quer no corrente ano, quer no ano passado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

CULTURA - CCD DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

– Presente a seguinte proposta: “Através de deliberações tomadas pela Câmara e pela Assembleia municipais de Guimarães, respetivamente em 14 de junho e em 16 de julho de 2007, foi aprovado um contrato de comodato entre o Município de Guimarães e o CCD (Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães), fixando os termos em que esta entidade passaria a utilizar o edifício sito junto à Praça da Mumadona, Freguesia de Oliveira do Castelo, propriedade do Município (registado na CRPG sob o n.º 583), para ali instalar o seu bar, cantina, serviços administrativos e restantes valências, assim libertando os espaços à época ocupados pelos serviços administrativos e bar do CCD para a instalação de serviços camarários, tal como sucede atualmente. Na mesma ocasião foi aprovado atribuir ao CCD um subsídio no valor de €210.000,00 para participação nas obras de reabilitação do edifício e sua adaptação às valências que passaria a acolher, subsídio que não chegou a ser pago, uma vez que o CCD foi protelando o início das referidas obras. Recentemente, o CCD oficiou a Câmara Municipal informando da sua intenção de dar início à empreitada, pelo que



solicita o pagamento do aludido subsídio. Contudo, nos termos do ponto 2.3.4.2 h) do POCAL, a deliberação que o aprovou caducou, pelo que tal pagamento carece de nova deliberação, mantendo-se contudo o contrato de comodato em vigor nos exatos termos em que foi aprovado em 2007. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público das atividades que prossegue e desenvolve, e atendendo a que se mantêm válidos e atuais os pressupostos que suportaram a deliberação tomada em 2007, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao CCD (Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães), registado no RMECARH sob o nº 505960893, de um subsídio de €210.000,00 (duzentos e dez mil euros), destinado a comparticipar nos custos envolvidos na reabilitação do edifício supraidentificado e sua adaptação para cantina, bar, serviços administrativos e demais valências do CCD.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - Sobre as EB1 de Rendufe e de Souto S. Salvador, disse que estava já preparada uma providência cautelar, que acabou por não ser necessária em virtude de o Governo ter recuado na decisão de encerrar aqueles estabelecimentos de ensino; **2** – Do ofício do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana dando conhecimento que para a prossecução do objetivo de reabilitação dos bairros propriedade daquele Instituto no Município de Guimarães, nomeadamente nos bairros de Atouguia e Creixomil, foi inestimável o contributo da Câmara Municipal de Guimarães na elaboração dos projetos, prevendo-se o início da obra durante o mês de outubro de 2013.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 13 de setembro de 2013, que adjudicou ao concorrente "M. Couto Alves SA" a empreitada designada por "Requalificação da EN 101 entre Fermentões e Caldelas", pelo preço de 444.954,14 + IVA. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 10 de setembro de 2013, que concordou com o relatório final do júri do concurso público n.º 5/13 que deliberou manter a intenção constante do relatório preliminar, propondo a adjudicação dos 2 lotes da aquisição de serviços de transporte escolar para o ano letivo 2013/2014 ao concorrente "Arriva – Portugal – Transportes Lda", pelo preço contratual de 209.032,00 + IVA. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de agosto, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 19 de agosto de 2013, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada "Requalificação da EN 101 entre Fermentões e Caldelas", de acordo com informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA



REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2013. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se a Vereadora Francisca Abreu por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS - CENTRO ESCOLAR DE RONFE - INFORMAÇÃO DE INICIO DE PROCEDIMENTO – Presente a

seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Centro Escolar de Ronfe, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder 3.257.585,25€ + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.1.2.71 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro com as alterações introduzidas por legislação posterior) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em 3.257.585,25€ + IVA; Fixação de um prazo máximo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 5. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Diretor do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico;

c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Mais se propõe que a competência para prestar esclarecimentos no âmbito do presente procedimento, nos termos previstos no art.º 50º do CCP, seja delegado no júri do procedimento, ao abrigo do suprarreferido art.º 109º do mesmo código.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELÕES -
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA UM PARQUE INFANTIL –**

Presente a seguinte proposta: “Propõe-se a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Castelões no valor de 9.100,00€ para a criação de um Parque Infantil no Parque de Lazer de Castelões, com uma unidade de baloiço duplo e um escorrega e aplicação de Pavimento Sintético no Parques Infantil de Castelões nas áreas de segurança dos equipamentos instalados, em conformidade com a NP EN 1176 e 1177 e com o Decreto de Lei N.º 379/97 - “Regulamento que estabelece as condições de Segurança a observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo de Recreio, Respetivo Equipamento e Superfícies de Impacte”. **A – DESCRIÇÃO DA**

ZONA DE RECREIO COM ESCORREGA - Conjunto formado por uma unidade constituída por uma escada de acesso à plataforma do escorrega, com uma torre. Também deverá ser distribuído por



esse espaço 01 baloiço duplo, para utilizadores com mais de 3 anos. **B – CARATERÍSTICAS TÉCNICAS - B1 – Estrutura de Escorrega** - **Material:** Aço e HPL; Postes em aço/alumínio com fundações em betão, e o topo coberto com chapelete para resguardo; Um escorrega em polietileno; As escadas em polietileno recoberto com borracha e lados HPL. Corrimãos em aço tubular; Escada em aço de acesso à torre de vigia, com degraus em alumínio. Todos estes elementos deverão ser interligados. Área de segurança recomendada: 35 m²; Altura de máxima do equipamento: 3,50 m; Altura máxima de queda livre: 1,80m; Para idades entre os 3 e os 12 anos. **B2 – BALOIÇO DUPLO:** **Quantidade: 1** - 1 Baloioço duplo para maiores de 3 anos; Estrutura de suporte de dois baloiços com postes em aço; Deve ter uma área de segurança de aproximadamente 26 m², cada um. Altura máxima de queda livre: 1.2 m; Não deve exceder os 2,5 metros de altura. Com um eixo rotativo cujo assento é suspenso individualmente, de forma flexível, com um suporte fechado que sustente a carga. Os assentos devem ser de poliuretano espumado, resistente às intempéries, as correntes devem ser de aço inoxidável com cobertura de poliuretano. Devem ser fixados ao solo por fundamentos de betão pré-fabricados, arredondados, enterrados num mínimo de 60 cm de profundidade. Numero máximo de utilizadores em simultâneo: 2. **Nota:** Todos os equipamentos deverão estar em conformidade com a NP EN1176 e NP EN 1177 de 1998; **C – Pavimento sintético para as áreas de segurança do parque infantil** - - A superfície deverá ser colocada de forma a não apresentar quaisquer pontos onde o utilizador possa ficar preso; A superfície deverá ser rotulada pelo fabricante ou fornecedor; Em alternativa, deverão ser entregues informações relativas à sua identificação e ao seu comportamento;

Deverão ser entregues os certificados de cada pavimento de acordo com a Norma EN 1177; A espessura do Pavimento deverá estar em conformidade com as diferentes alturas de queda dos diferentes equipamentos, e cumprir os certificados entregues, isto é, os equipamentos poderão ter diferentes alturas de pavimento; O piso deverá ser em placas ou de 80 por 120cm ou de 100 por 100cm; A empresa deverá executar uma sub-base de betão com gravilha; Toda a obra de construção civil será da responsabilidade da empresa, bem como a execução de lancis em cada equipamento bem como a abertura das caixas; A cor pretendida é vermelho escuro (cor tijolo), sem pigmentação; Garantia mínima: 2 anos contra defeitos de fabrico e má colocação; O pavimento deverá ser colocado apenas nas áreas de segurança dos equipamentos; Se os equipamentos a concorrer tiverem uma área superior deverão aumentar a área de pavimento. -----

	Área prevista (mínima)
Pavimento sintético de segurança, em placas de 500x500x40mm na cor verde	50 m ²
Preço Total	2.521,5€

D – Preço total estimado 9.100,00€ (incluído o valor do piso=2.521,5€). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE AGOSTO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de agosto que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013. O mapa com as



aquisições de serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - FEIRA AFONSINA 2013 – Ratificação do

despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de julho de 2013, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Relações Públicas e Turismo: "**1. Objecto:** Aquisição de serviços para a concepção do projeto de ambientação cenográfica e apoio ao envolvimento comercial e comunitário para a Feira Afonsina 2013. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em ambientação cenográfica para eventos históricos; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é aquisição de serviços para a concepção do projeto de ambientação cenográfica e apoio ao envolvimento comercial e comunitário para a Feira Afonsina 2013. b) A despesa anual estima-se em 19.000,00€ (dezanove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa está prevista na rubrica 3.4.2.07 do Plano de Atividades Municipais, correspondente ao ano de 2013.

d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do artigo 20, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, contratando-se para o efeito a empresa Magic Events, atendendo à especificidade temática, período histórico a abordar e aos padrões qualitativos da experiência adquirida em edições anteriores. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Este contrato não está sujeito a redução remuneratória prevista no art.º 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), por força do que dispõe o art.º 75.º do mesmo diploma legal, porque o prestador de serviços não celebrou com o Município, no ano de 2012, qualquer contrato com idêntico objeto.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - FEIRA AFONSINA 2013 - Ratificação do

despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de setembro de 2013, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Relações Públicas e Turismo: **1. Objecto: Prestação de Serviços**

– Contratação de Animação para a Feira Afonsina 2013; 2.

Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em ambientação cenográfica para eventos históricos; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil;



Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de animação para a Feira Afonsina 2013. b) A despesa total estima-se em 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros), isento de IVA. c) A despesa está prevista na rubrica 3.4.2.07 do Plano de Atividades Municipais, correspondente ao ano de 2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do artigo 20, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, contratando-se para o efeito a Associação Cultural Marionetas de Mandrágora, atendendo à especificidade temática, período histórico a abordar e aos padrões qualitativos da experiência adquirida em edições anteriores. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Este contrato não está sujeito a redução remuneratória prevista no art.º 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), por força do que dispõe o art.º 75.º do mesmo diploma legal, porque o prestador de serviços não celebrou com o Município, no ano de 2012, qualquer contrato com idêntico objeto.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RATIFICAÇÃO DA

MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESIGNADA POR "TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA - ANO LETIVO 2013/2014" – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 5 de setembro de 2013, que aprovou a minuta do contrato de aquisição de serviços designada por "Transporte Escolar em Carreira Pública - Ano Letivo 2013/2014", adjudicado a "Arriva Portugal - Transportes, Lda", pelo prelo contratual de 750.884,00€ + IVA por deliberação da Câmara de 5 de setembro de 2013. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - VENDA DE PARCELA DE TERRENO SITA NO LUGAR DA VINHA DA PORTELA - FREGUESIA DE SERZEDELO - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Em reunião de Câmara realizada no dia 1 de setembro de 2011, sancionada pela Assembleia Municipal em 23 de setembro de 2011, foi aprovada a desafetação do domínio público de 8 parcelas de terreno, situadas no lugar da Vinha da Portela, da freguesia de Serzedelo, todas integradas no loteamento titulado pelo Alvará nº 38/91. Conforme deliberado, estas parcelas destinam-se à venda aos proprietários dos lotes confinantes, por terem sido, por eles, abusivamente ocupadas. Deste modo, e na sequência de notificação no âmbito do processo nº 217/2012 da Divisão de Fiscalização, o Sr. Manuel Joaquim Monteiro Ferreira, proprietário do lote nº 10 do referido loteamento, vem solicitar a venda da parcela de terreno com a área de 26,00m², por si ocupada, bem como autorização para proceder ao seu pagamento em 12 prestações mensais. O valor da venda da referida parcela de terreno é de €1.130,00, em



consonância com as indicadas deliberações. Nos termos do artigo 60º do Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais em vigor, o pagamento em prestações pode ser autorizado pela Câmara, desde que comprovada que a situação económica do requerente não lhe permite efetuar o pagamento integral de uma só vez. De acordo com o previsto no nº 3 do mesmo artigo, o pagamento de receitas municipais pode ser fracionado até ao montante máximo de 12 prestações, sendo que o valor de qualquer delas não pode ser inferior a meia unidade de conta no momento da autorização, sendo tal valor de €51,00 atualmente. Em conformidade com o estudo socioeconómico do agregado familiar do requerente e parecer técnico prestado pela Divisão de Ação Social, o presente processo enquadra-se no estipulado no nº 3 do artigo 60º do citado Regulamento bem como no Regulamento Municipal de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos, podendo o pagamento da parcela de terreno ser dividido em 12 prestações. Assim, em caso de concordância superior, deverá o assunto ser submetido à Câmara para aprovação do pagamento do referido valor de €1.130,00 em 12 prestações mensais, sendo a primeira, no valor de €94,24, paga no ato da escritura de compra e venda, vencendo-se as restantes 11, no montante de €94,16 cada uma, em igual dia dos meses subsequentes, ficando salvaguardado que as prestações em dívida vencem juros à taxa legal em vigor até efetivo e integral pagamento, e que a falta de pagamento de qualquer das prestações implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução da dívida através de processo judicial. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO PARA ARRANJO URBANÍSTICO DA ZONA

ENVOLVENTE AO MERCADO E FEIRA MUNICIPAL - Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Aquando do arranjo urbanístico da zona envolvente ao novo mercado e recinto da feira semanal efetuado no ano de 2010, o Município ocupou e ajardinou uma parcela de terreno com a área de 180m², situada na rua Trás de Gaia, da freguesia de Creixomil. Tal ocupação ocorreu sem o consentimento da respetiva proprietária, D. Maria Alexandra Oliveira Feio de Azevedo Ferreira, residente na rua Andrade Corvo, nº 225, da freguesia de Maximinos, do concelho de Braga. Contudo, a D. Maria Alexandra Azevedo Ferreira vem informar que está na disposição de doar a referida parcela ao Município, destinada exclusivamente a zona verde, desde que todo o processo de autonomização da parcela, para efeitos prediais e matriciais, bem como os respetivos custos sejam assumidos pela Autarquia. A indicada parcela de terreno faz parte do prédio descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 2649/20130809, encontrando-se inscrito na matriz urbana da freguesia de Creixomil sob os artigos 46 e P3543, este último resultante da discriminação de áreas efetuada com base na certidão nº 1053/13 emitida por esta Câmara Municipal em 30 de agosto de 2013. À identificada parcela de terreno foi atribuído o valor de €660,00 com base na simulação do valor patrimonial tributário efetuada no sítio da internet das finanças em www.portaldasfinancas.gov.pt. Deste modo, submete-se à consideração superior a aceitação da doação da supramencionada parcela de terreno, nas condições descritas, sendo que em caso de concordância o assunto deverá ser submetido a aprovação da Câmara conforme disposto na alínea h), nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro." **DELIBERADO**



APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**RECURSOS HUMANOS - REDUÇÃO DE CONTRATOS A TERMO
RESOLUTIVO - LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 –**

Presente a seguinte proposta: "1. A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, veio impor a todos os serviços e organismos da administração pública, incluindo a autárquica, até 31 de dezembro de 2013, a redução, no mínimo, em 50% do número de trabalhadores com contrato a termo resolutivo existentes 31 de dezembro de 2012, com exclusão dos que sejam cofinanciados por fundos europeus. 2. A 31 de dezembro de 2012 existiam na Câmara Municipal de Guimarães 33 contratados a termo resolutivo certo (**1**). Destes, 3 contratos são cofinanciados por fundos europeus, que são excluídos desta imposição pelo n.º 1 do artigo 59.º que se vem referindo. O que significa que, até ao final do corrente ano de 2013, teriam de cessar 15 dos 30 contratos a termo resolutivo restantes, de modo a ser integralmente cumprida a imposição legal. 3. Contudo, apenas 6 contratos atingem o seu atual termo no ano de 2013, mais concretamente a 30 de dezembro. Cessou entretanto mais um contrato, por denúncia. Para ser atingida a redução de 50%, teriam de ser feitos cessar mais 8 dos 23 restantes contratos. Não existe, contudo, nas modalidades de cessação de contrato elencadas no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, qualquer fundamento legal para fazer cessar os contratos unilateralmente, por iniciativa da entidade empregadora pública. Por outro lado, a prevalência da norma que impõe a redução não pode colidir com a garantia constitucional da segurança no emprego e da proibição do despedimento sem justa causa. Assim, a menos que o Município de Guimarães e os trabalhadores celebrem acordo de cessação do contrato por mútuo acordo, não é exequível, até 31 de dezembro

do corrente ano, a redução em 50% do número de trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo. 4. Nos n.ºs 3 e 9 do mesmo artigo 59.º prevê-se, contudo, a possibilidade de ser autorizada, pela Câmara Municipal, uma redução inferior à prevista no seu n.º 1, desde que cumpridos os pressupostos ali elencados:

- a) Existência de relevante interesse público na renovação, ponderando, designadamente, a eventual carência de recursos humanos no setor de atividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o serviço ou organismo;
- b) Impossibilidade de satisfação das necessidades de pessoal por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;
- c) Demonstração de que os encargos com as renovações em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços ou organismos a que respeitam;
- d) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, de 2 %, de pessoal, tendo em vista o cumprimento do PAEF, considerando o número de trabalhadores do serviço ou organismo em causa no termo do ano anterior;
- e) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o serviço ou organismo que pretende uma redução inferior à prevista no n.º 1 e ou realizar a renovação de contrato ou nomeação – no caso das autarquias, a autorização cabe aos “órgãos de governo próprios”;
- f) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro. Os requisitos mencionados nas alíneas a) a c) referem-se a eventuais renovações de contratos, o que não está aqui em causa. Quanto aos restantes requisitos: Está a ser cumprido o plano de redução de efetivos conducente a que, a 31 de dezembro de 2013, se encontre concretizada a redução mínima de 2% imposta pela Lei do



Orçamento de Estado; Estão a ser pontual e integralmente cumpridos os deveres de informação consagrados na Lei n.º 57/2011. Acrescenta-se que a redução progressiva de efetivos que tem vindo a verificar-se desde o início do ano de 2011 está a provocar carência de recursos humanos em sectores fundamentais da atividade, designadamente na recolha de resíduos sólidos e na gestão e manutenção dos espaços verdes, vias e equipamentos. Submete-se, assim, a autorização da Câmara Municipal uma redução do número de contratados a termo resolutivo inferior à constante do n.º 1 do artigo 59.º, concretizada na cessação de 7 contratos de trabalho a termo resolutivo certo até 31 de dezembro próximo.” **1.** Excluem-se os técnicos das atividades de enriquecimento curricular, uma vez que se encontram expressamente excepcionados desta redução pelo n.º 2 do mesmo artigo 59.º.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “Para a CDU não há dúvidas nem reservas políticas ou eleitorais que nos façam mudar de opinião e de postura quando se trata de estar pelo emprego contra os despedimentos. A proposta do Partido Socialista no sentido de despedir trabalhadores da Câmara não nos apanha de surpresa. Surpresa há na argumentação com que o PS tenta escapar ao julgamento da sua atitude, alinhavando um arrazoado legalista misturado com considerações de ordem ética e política destinados a dourar a sentença de morte de que afinal se torna cúmplice. Há semanas que a CDU e em especial o seu candidato à presidência da Câmara desafiaram todas as candidaturas a dizerem o que pensam sobre mais despedimentos na administração pública local, obtendo como resposta um significativo silêncio. Também a comunicação social, conhecedora deste nosso desafio público, se fechou em copas

fazendo o jogo dos partidos – PSD, CDS e PS - que ao assinarem o memorando da troika assinaram fatalmente as linhas orientadoras da austeridade que nos arruína, empobrece e desemprega. O governo PSD/CDS decidiu mandar para o desemprego 50% dos trabalhadores das câmaras contratados a prazo. Um corte cego, um corte que despreza a falta que eles fazem. Um corte determinado por razões económicas que vai causar piores serviços, atrasos e demoras no atendimento e na resolução dos problemas e necessidades. Os legítimos representantes locais do PSD e do CDS, figuras centrais nas candidaturas à Câmara e à Assembleia, desfazem-se em declarações e promessas contra o nível atingido pelo desemprego em Guimarães, mas quando confrontados entre despedir ou não despedir trabalhadores da Câmara, optam por estar de bem com o seu governo contra as vítimas desse mesmo governo, deixando cair a máscara da hipocrisia. Mais do que pelas palavras e pelos atores é pelos atos que se avaliam os candidatos. E é também pela prática que se vê como o factor pessoal, individual conta menos do que a fidelidade ao partido, desfazendo teses laboriosamente construídas no sentido de dar mais importância à pessoa do que ao partido. Na hora da verdade, o cabeça de lista da coligação PSD/CDS esqueceu que as “pessoas estão primeiro”. Mas o PS também perdeu a oportunidade de mostrar aos trabalhadores da Câmara que está do seu lado, que podem contar com ele no combate pelo emprego, ao capitular perante o governo nacional que, numa manobra para não ficar só, obriga as câmaras a tomar posição, embora a última palavra, a palavra decisiva seja a do governo. Ouvir a Câmara, obrigar a Câmara a pronunciar-se é uma formalidade, mas uma formalidade que permite engajar quem se deixar envolver na manobra, e o PS quis envolver-se na manobra porque se sente em posição



desconfortável de ter assinado a política de despedimentos implícita no memorando da troika. Por aqui se percebe que enquanto o memorando subsistir só manobras de diversão são de esperar do lado do Partido Socialista. Se o voto na Câmara era indiferente para o desfecho da decisão, então menos se compreende que o PS tivesse aprovado o despedimento de trabalhadores. De facto, o PS está de acordo com a austeridade, apenas diverge na sua intensidade e no seu ritmo. Logo, a libertação do colete-de-forças que nos mata passa por romper com o memorando e castigar politicamente quem o assinou e põe em prática.” -----

EDUCAÇÃO - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 10 DE JANEIRO DE 2013, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA DELIBERAÇÃO DE 21 DE MARÇO DE 2013 - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO CIVIL 2013 -

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de setembro de 2013, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, a autarquia procede mensalmente à atribuição de verbas a várias entidades, entre as quais agrupamentos de escolas, freguesias e centros sociais, que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares. Considerando que foi solicitado pelo Agrupamento de Escolas das Taipas, de acordo com o ofício remetido, que as verbas relativas ao Centro Escolar do Pinheiral e à EB1/JI Charneca/Caldelas, até ao momento transferidas para a Freguesia de Caldelas, passassem a ser atribuídas às Associações de Pais daqueles estabelecimentos de educação e ensino, propõe-se que se proceda à alteração das entidades, com efeitos a partir de setembro. O mapa com a

referida alteração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - ATUALIZAÇÃO DO VALOR DAS VERBAS A TRANSFERIR A ENTIDADES PARA ENCARGOS COM PESSOAL EM REFEITÓRIOS E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO - ANO CIVIL 2013 - ACORDO DE COOPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de setembro de 2013, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior foi deliberado, em reunião de Câmara de 10 de janeiro de 2013, a transferência de verbas a entidades que asseguram os encargos com pessoal para o desenvolvimento das atividades de animação e apoio à família (almoço e prolongamento de horário) nos jardins de infância da rede pública, ao abrigo do Acordo de Cooperação da Educação Pré Escolar. Considerando que: o valor mensal da comparticipação financeira da DSRN é atribuído com base no número de crianças que efetivamente beneficia de almoço e prolongamento de horário; no protocolo de colaboração celebrado com os Agrupamentos de Escolas e Entidades, para o ano letivo 2012/2013, está previsto no ponto 3 da Cláusula 5ª, que o montante a transferir seja objeto de acertos financeiros, em função do número de alunos que efetivamente frequenta aquelas atividades, propõe-se que se proceda aos acertos financeiros relativos ao período de janeiro a junho de 2013, com efeitos a partir de setembro, inclusive. Propõe-se ainda, e no seguimento do ofício remetido pelo Agrupamento de Escolas das Taipas, que as verbas atribuídas à Freguesia de Caldelas, e respeitantes ao Centro Escolar do Pinheiral e à EB1/JI Charneca/Caldelas, passem a ser, a partir de setembro, inclusive, transferidas para Associações de Pais



daqueles estabelecimentos de educação e ensino. O mapa de transferência de verbas dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR DO 1.º CEB - ANO LETIVO 2013/2014 – Presente, para ratificação, o despacho do

Presidente da Câmara, datado de 2 de setembro de 2013, que concordou com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “Como é do conhecimento superior, desde a criação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico que o Município de Guimarães tem vindo, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, a promover o desenvolvimento de atividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, assumindo, com a celebração do Contrato de Execução com o Ministério de Educação, competências e atribuições na implementação daquele Programa, nomeadamente ao nível do recrutamento de docentes e técnicos. Com a publicação do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, foram introduzidas um conjunto de alterações que visam permitir às escolas, no âmbito do exercício da sua autonomia, a tomada de decisão quanto à gestão dos tempos por disciplina, otimização dos recursos humanos existentes, organização do apoio ao estudo e oferta complementar. Em síntese, aquele normativo legal considera como Atividades de Enriquecimento Curricular as atividades educativas e formativas que incidam na aprendizagem da língua inglesa ou de outras línguas estrangeiras e nos domínios desportivo, artístico,

científico, técnico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio e de educação para a cidadania, passando a ter a duração de 5 horas semanais. Determina ainda que a oferta seja adaptada ao contexto da escola e preferencialmente desenvolvida com os recursos humanos disponíveis nos agrupamentos de escolas, cabendo às autarquias, enquanto entidades promotoras, assegurarem o recrutamento de docentes sempre que não seja possível aos agrupamentos de escolas afetarem recursos. Nos termos do artigo 12º do Despacho, a autarquia, enquanto entidade promotora, deverá estabelecer protocolo com os agrupamentos de escolas onde identifique: as atividades de enriquecimento curricular; a duração semanal; o local ou locais de funcionamento de cada atividade; as responsabilidades e competências de cada uma das partes; o número de alunos em cada atividade; os recursos humanos necessários ao funcionamento das atividades. Perante o exposto, e em face das necessidades de recrutamento de docentes e técnicos apresentadas pelos agrupamentos de escolas, propomos, a fim de ser preparado o processo de candidatura aos apoios financeiros concedidos pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 3º do Anexo ao Despacho 9625-B/2013, de 15 de julho, a celebração de Acordos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas. Em anexo a Minuta do Acordo de Colaboração, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 40 CANDIDATURAS - Presente um ofício da CASFIG, Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EEM submetendo à Câmara Municipal uma proposta de aprovação de 40 candidaturas



ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo Presidente do Conselho de Administração daquela empresa municipal, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CASFIG - EEM - PROPOSTA DE REALOJAMENTO - Presente um ofício da CASFIG, EEM remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de seis habitações vagas por motivo de falecimento e rescisão do contrato de arrendamento, ocupação de quatro vagas em residência partilhada e transferência de um agregado familiar residente, de acordo com a informação prestada pela equipa técnica de ação social, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO OS AMIGOS DE URGESES - CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUSTENTAÇÃO DE TERRAS – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Desportivo e Recreativo “OS AMIGOS DE URGESES” foi constituído no ano de 1984, tornando-se uma Instituição Particular de Solidariedade Social, em 2003, com sede na rua dos Amigos de Urgezes, freguesia de Urgezes, concelho de Guimarães. A associação desenvolve atividades culturais, desportivas e de solidariedade social, de reconhecido interesse para a comunidade em geral e para a juventude em particular. A associação é proprietária de vários edifícios, utilizados nas várias valências que disponibilizam à população da freguesia de Urgezes, sendo frequentados por um número elevado de utentes, nomeadamente na vertente desportiva, acolhendo cerca de 200 crianças e jovens. O Grupo Desportivo e Recreativo “OS AMIGOS DE URGESES” deu conhecimento a esta Câmara Municipal da existência de um muro

em risco de derrocada, por trás dos balneários do clube, solicitando o apoio para a construção de um muro de sustentação, com a urgência possível, tendo em conta que o local encontra-se aberto ao público em geral. O Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa total no valor de 2.007,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público da atividade que prossegue e desenvolve, bem como do apoio que presta à sua comunidade, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do artº 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição ao Grupo Desportivo e Recreativo "OS AMIGOS DE URGESES", registado no RMECARH sob o nº 502066016, de um subsídio de 2.468,61€, destinado a compartilhar, a título excecional, nos custos envolvidos na construção de um muro de sustentação de terras."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - COMISSÃO INSTALADORA DO MONUMENTO AOS EX-COMBATENTES DE VILA NOVA DE SANDE – Presente a seguinte proposta: "No dia 18 de maio de 2013, a Comissão Instaladora do Monumento aos Ex-Combatentes de Vila Nova Sande levou a efeito uma homenagem aos seus Ex-Combatentes da Guerra Colonial, através da edificação de um monumento, junto à Igreja paroquial de Sande Vila Nova, tendo solicitado um pequeno apoio financeiro para comparticipação nos respetivos custos. Nesta sequência e tendo em conta a relevância desta homenagem para a comunidade daquela freguesia, propõe-se, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição de uma verba no valor de 750,00€ para comparticipação nos custos referentes à edificação de um monumento de homenagem aos seus Ex-Combatentes da Guerra



Colonial.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ARCOV (ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DE COVAS) – REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A ARCOV – Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Covas foi fundada em 8 de Janeiro de 1975, resultado da fusão do grupo desportivo de Covas e comissão de Festas de São João, levando à prática atividades de índole cultural, desportivo, recreativo e social, nomeadamente a promoção de intercâmbios nacionais e internacionais, convívios, acampamentos, jornadas recreativas, acolhimento e lazer dos seus associados, ações de formação e atividades em parceria com outras instituições. Em resultado da intensa atividade desenvolvida nas instalações da sua antiga sede, estas degradaram-se, colocando em risco o bem-estar e segurança dos seus associados e demais utentes, motivo pelo qual se tornou inadiável promover um conjunto de intervenções de manutenção e conservação. A ARCOV solicitou o apoio para a reabilitação do edifício da antiga sede da associação, para a execução de uma intervenção necessária no teto e no piso do primeiro andar, pelo facto de estes estarem bastante deteriorados, sendo necessário uma intervenção urgente. O Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se a despesa total no valor de 5.520,62€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público que prossegue e desenvolve, bem como dos apoios que presta à sua comunidade, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição à ARCOV, registado no RMECARH sob o nº 500869510, de um subsídio de 6.790,36€, destinado a participar, a título

excepcional, nos custos envolvidos na reabilitação do seu edifício.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS O PRESIDENTE
DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE,
PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**